

# Política

CRISE

Reunidos na casa de Ulysses Guimarães, os coordenadores de 18 bancadas do PMDB refizeram suas contas. E estão certos de ter 140 votos a favor do parlamentarismo. Há 105 presidencialistas e dez incertos.

## Parlamentaristas são maioria. No PMDB.

Há maioria pelo parlamentarismo entre os constituintes do PMDB, conforme ficou claro ontem, em reunião realizada na casa do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, quando coordenadores de 19 bancadas que estavam presentes ao encontro apresentaram uma adesão de 140 votos a favor do parlamentarismo, contra 105 presidencialistas e dez indefinidos. Nos levantamentos dos coordenadores, a tendência pelos quatro anos de governo para o presidente Sarney era maior do que do parlamentarismo, à exceção do Estado de Goiás. Quinta-feira a Constituinte deverá votar o futuro sistema de governo, de acordo com previsão feita na casa do deputado Ulysses Guimarães.

Na verdade, a avaliação englobando todas as bancadas do

partido (sete faltaram à reunião de ontem) chega a 176 votos favoráveis ao parlamentarismo, segundo dados apresentados pelo deputado Israel Pinheiro Filho, de Minas Gerais. Além da reunião de ontem, realizada após um churrasco de confraternização na casa do deputado Ulysses Guimarães, os parlamentaristas do PMDB pretendem levar um abaixo-assinado ao presidente do partido, contendo a maioria de assinaturas favoráveis ao novo sistema de governo, pedindo que, diante dos fatos, ele passe a se posicionar sobre o assunto seguindo a realidade do PMDB.

Na reunião de avaliação da qual também participou a cúpula do partido, além dos coordenadores de bancada, não houve consenso sobre a data de implantação do parlamentarismo. Assim como

se defendeu o sistema ainda com o presidente Sarney, houve coordenadores que preferiram o parlamentarismo somente no futuro governo. Entretanto, ao final da reunião, os coordenadores de bancada foram unânimes ao afirmar que a vitória do sistema parlamentarista é "imminente", uma convergência que deverá se firmar "de forma não-traumática", mas que dependerá do esforço de negociação, segundo avaliação do deputado Antônio Brito, do Rio Grande do Sul.

No encontro de ontem, cada um dos 19 coordenadores de bancada apresentou os números que apontam para o parlamentarismo como sistema de governo uma vantagem de "quase 40 votos", como explicou Fernando Henrique Cardoso: "A maioria é parlamentarista e isto ficou demonstrado

na reunião onde Ulysses pretendia sentir o partido e sua tendência".

Para o deputado Antônio Brito (PMDB-RS) os 140 votos favoráveis ao parlamentarismo (contra 105 contrários), também apresentaram tendência em manter o processo de transição, com o presidencialismo durante o governo Sarney, para evitar "traumas" e, em seguida, determinar as mudanças no sistema de governo. Esta foi a terceira parte da reunião, que também confirmou nítida tendência para definir um governo de quatro anos para Sarney, posição que não foi alongada nas discussões já que o ponto de partida, agora, será discutir com os constituintes, que têm emenda favorável ao sistema presidencialista, a uniformização do texto constitucional em uma única proposta.

### Buraco negro

Justamente neste aspecto, o do buraco negro, recaem as principais preocupações de Ulysses Guimarães. Ele explicou para o senador José Richa que, se não conseguir votar o sistema de governo até a próxima quinta-feira, pretende evitar o "buraco negro", promovendo a votação na segunda-feira, dia 15. E com esta intenção ele anunciou que a partir de hoje fará com que "as votações se estendam até as 22h ou 23h, diariamente", disse.

Na avaliação do presidente da Constituinte, a reunião com os coordenadores de bancada, realizada ontem, foi preliminar. Ele pretende um novo encontro para examinar a evolução dos acordos e "afinar" a tendência: "Não se fez uma apuração objetiva", disse ele ao ser questionado sobre o po-

sicionamento dos coordenadores. Na verdade, Ulysses pretende estabelecer entre os indecisos, os números reais do partido e que definirão o sistema de governo: "Por enquanto não posso dizer nada sobre este assunto. Existem os indecisos e seria prematuro, com a minha responsabilidade, avançar algum resultado a este respeito", declarou Ulysses.

Já o deputado Antônio Perosa não teve dúvidas em defender a posição unânime dos coordenadores, ressaltando que o PMDB "tem a responsabilidade de fazer com que a vitória do parlamentarismo seja concretizada".

Não compareceram à reunião os coordenadores de bancada dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Paraíba, Roraima e Rondônia.

### Presidencialistas, estudando o sistema híbrido.

Os presidencialistas fazem nova reunião nesta terça-feira para avaliar o andamento da tentativa de acordo com os constituintes que defendem o sistema misto, ou "mitigado", quando já serão conhecidos os resultados das negociações empreendidas pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) e pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) para obter apoio a este sistema híbrido.

No sábado, após reunião no gabinete do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), grupo de presidencialistas decidiu adotar a figura do primeiro-ministro — prevista na emenda do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) — que tem o papel de coordenador do Ministério, subordinado ao presidente da República.

A inclusão do primeiro-ministro e a fusão numa única emenda de todas as propostas presidencialistas, assinadas por cerca de 30 constituintes que elaboraram emendas com este teor, fazem parte da tática do grupo para conseguir uma margem folgada de votos para a aprovação do sistema de governo, segundo o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Ontem não houve avanço nas negociações — informou. A expectativa está nas conversas de hoje.

### Primeiro-ministro

Em busca de acordo que viabilize a aprovação do sistema de governo com margem folgada de votos, os presidencialistas decidiram sábado de manhã aceitar a figura do primeiro-ministro nos moldes definidos pela emenda do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que defende um primeiro-ministro com funções de "coordenador" do Ministério. A decisão foi tomada em reunião no gabinete do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), com a presença do senador Marco Maciel (PFL-PE), Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Edison Lobão (PFL-MA), e dos deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Cid Carvalho (PMDB-MA), Adolfo Oliveira (PL-RJ), Jaime Santana (PFL-MA) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

A decisão dos presidencialistas, segundo o senador Humberto Lucena, facilita a negociação em torno da questão do sistema de governo. Reiterando a afirmação de que o presidencialismo conta com uma margem de 20 votos sobre o parlamentarismo, o presidente do Senado disse que, ao "admitir a idéia" do primeiro-ministro, pode-se atrair inúmeros defensores do sistema misto, ou "mitigado". Com a adoção de medidas de fortalecimento do Poder Legislativo — principal objetivo dos parlamentaristas, segundo o senador — já previstas nas emendas presidencialistas, seria mais fácil se chegar a um acordo com grande margem de vo-

tos favoráveis. Os principais negociadores do grupo presidencialista passaram a ser o senador Marco Maciel e o deputado Cid Carvalho, que se integrou ao grupo.

### Emendão

A tática dos presidencialistas prevê a apresentação de uma única emenda que faça a fusão do "emendão" — apresentado pelos constituintes Humberto Lucena, Vivaldo Barbosa, Edison Lobão, Theodoro Mendes (PMDB-SP) e Maurílio Ferreira Lima — com a emenda de Mauro Moreira, acrescentando-se pontos de emenda redigida pelo deputado Joaquim Haickel (PMDB-MA). Esta nova emenda receberia, então, a assinatura destes parlamentares e dos demais constituintes que chegaram a redigir propostas de emenda — apresentadas ou não — em defesa do presidencialismo — Marco Maciel, Carlos Sant'Anna, Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), Enoc Vieira (PFL-MA) e Milton Reis (PMDB-MG) — e dos que redigiram propostas de emenda defendendo o "mitigado" — Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Cid Carvalho, Orlando Camilo Pacheco (PFL-SC), Alexandre Costa (PFL-MA), Álvaro Antônio (PMDB-MG), Eliezer Moreira (PFL-MA) e Onofre Correa (PMDB-MA).

A figura do primeiro-ministro prevista na emenda de Mauro Moreira não é considerada satisfatória pelo deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), autor da emenda coletiva que reuniu mais de 280 assinaturas em defesa do parlamentarismo. Segundo ele, a emenda de Moreira é tipicamente presidencialista, pois o gabinete não teria nenhuma independência e, portanto, não seria sujeito a censura.

### Parlamentarizado

Mauro Moreira afirma que sua emenda institui o "presidencialismo parlamentarizado", "para evitar os erros do presidencialismo imperial". Segundo a emenda, "o Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, com o auxílio do primeiro ministro, dos ministros de Estado e do conselho de ministros". Competiria ao presidente nomear e exonerar o primeiro ministro, que presidiria as reuniões do conselho de ministros, coordenaria as atividades administrativas do Poder Executivo a ele delegadas e a ação dos ministérios. Prevê-se, ainda, a elaboração de planos nacionais e regionais de desenvolvimento, com a supervisão do presidente da República, submetendo-os ao Congresso Nacional. Além de outras atribuições de menor relevância.

A emenda — não apresentada — de Joaquim Haickel assegura ao presidente da República a nomeação do primeiro ministro, "levando em conta as forças partidárias e políticas que compõem o Congresso Nacional".